



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE – 24/07/2026 - ao vigésimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, em ambiente virtual, ocorreu a décima primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal da Proteção e do Bem-Estar Animal, criado pela Lei Municipal nº3.556 de 15 de dezembro de 2017, alterada pela Lei nº4.094 de 30 de junho de 2022, realizada em conjunto com a 04ª reunião extraordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Peruíbe – CONDEMA, com a seguinte pauta: **1) Informes gerais; 2) Indicação de representantes dos colegiados para a recomposição da Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental de Peruíbe – PMEAP; 3) "Apresentação de soluções para a problemática do saqui-de-tufo-branco (*Callithrix jacus*): um estudo de caso na Ilha Anchieta".** A pauta será apresentada pelo biólogo Bruno de Almeida Lima (conselheiro do Projeto Aves Limícolas) e pelo primatólogo Edson Montilha de Oliveira (Gerente Regional Litoral Sul da Fundação Florestal). Compareceram os seguintes conselheiros: Raphael Barreiros Lapa Souza, representante titular do Departamento de Proteção à Vida Animal (DPVA); Isabelle Corrales Nunes, representante titular do Instituto Ambiecco; Bruno de Almeida Lima, do Projeto Aves Limícolas; Fabiana Priscila Mirian Pereira do Nascimento, do Movimento Contra as Agressões à Natureza (MoCAN), representantes titulares de Movimentos Populares de Proteção à Vida Animal; Ana Claudia Santos de Oliveira, Jeane Westenberg Szulman e Maria de Lourdes Marques da Silva, representantes titulares Protetoras da sociedade civil. Compareceram os seguintes conselheiros do CONDEMA: **I** – Eduardo Monteiro Ribas, representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; **IV** - Luiz Gustavo Guazelli, representante titular da Secretaria de Obras, Serviços e Infraestrutura Urbana; **VII** – Edson Novaes de Oliveira, representante titular da Secretaria de Segurança Pública; **VIII** - Fabiana Priscila Mirian Pereira do Nascimento e Jéssica Freteschi, representantes titular e suplente do Instituto Lixo Zero BS (ILZ-BS) - **IX** - Aruã Fernandes Antunes Caetano e Joaquim do Marco Neto, representantes titular e suplente da Fundação Florestal (FF); **XI** - Fernando Villarrubia Pino, representante suplente do Movimento Contra as Agressões à Natureza (MoCAN); **XII** - Giulia Pierro, representante titular da Associação Comunidade do Guaraú (ACG); **XIV** – Rodrigo Del Rio do Valle, representante titular do Instituto ECOEMA; **XV** – Bruno de Almeida Lima, representante titular do Projeto Aves Limícolas. Convidado: Edson Montilha da Fundação Florestal. Visitantes da sociedade civil: Ligia Amorim, Gracinda Adelaide Ferreira (MoCAN), Rose Marina Silva. O presidente do CONDEMA, conselheiro Eduardo Ribas, inicia a reunião às 15h17, apresentando os novos membros do CONDEMA, conforme o decreto. Entidades da sociedade civil, na cadeira VIII, Instituto Lixo Zero Baixada Santista, representada pelas conselheiras Fabiana Priscila Pena do Nascimento, titular, e Jéssica Freteschi, suplente, e na cadeira XVI, Cooperativa Amantes da Natureza, representada por Rosemary Cintra Neto, titular, e Hélio Ricardo Dias de Oliveira, suplente; Alexandra Maria Dias de Souza, como representante titular da Secretaria de Turismo e a alteração na cadeira suplente do MoCAN, com o novo representante Fernando Villarrubia Pino. A pedido do conselheiro Bruno Lima, o presidente abre votação para inversão de pauta, com o objetivo de iniciar a reunião pelo item **3) Apresentação de soluções para a problemática do saqui-de-tufo-branco (*Callithrix jacchus*): um estudo de caso na Ilha Anchieta**, devido à agenda do convidado Edson Montilha, da Fundação Florestal. Aberta a votação e aprovada por aclamação. O presidente passa a palavra ao solicitante da pauta, conselheiro Bruno Lima, que introduz o tema, que já havia sido debatido anteriormente pelo COMBEM, mas sem avançar para solução. O assunto trata da presença do saqui-de-tufo-branco (*Callithrix jacchus*) na região, espécie que é nativa da Mata Atlântica do Nordeste do país, que são adquiridos como pets, mas, ao crescerem, devido ao comportamento agressivo, são soltos e tornam-se predadores da avifauna local. O conselheiro Bruno destacou que Edson Montilha tem atuado com pesquisas sobre os efeitos da presença dos saguis e tentativas de redução de impacto, e passa a palavra ao convidado, agradecendo sua presença. Edson Montilha é biólogo, gerente do Litoral Sul da Fundação Florestal, região que abrange desde a Juréia até a Ilha do Cardoso, atendendo a 17 Unidades de Conservação. Possui mestrado em Ecologia, com foco em primatas, e doutorado em



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

52 Planejamento Ambiental e Conservação da Biodiversidade, também com foco em primatas,
53 somando mais de 20 anos de atuação na gestão de Unidades de Conservação pela Fundação
54 Florestal. Segue compartilhando na tela o material em anexo, contendo uma introdução ao assunto
55 e a experiência do manejo do sagui-de-tufo-preto na Ilha Anchieta. Observa que, embora a maioria
56 dos avistamentos em Peruíbe seja do sagui-de-tufo-branco, também há presença do sagui-de-tufo-
57 preto. Relata características gerais dos primatas, espécies, hábitos e habitats, ressaltando que, pela
58 profunda dependência da floresta, cerca de 60% das espécies de primatas estão ameaçadas.
59 Dessas, quatro das 25 mais ameaçadas estão em território brasileiro. No Estado de São Paulo, as
60 espécies nativas são o bugio-ruivo, o bugio-preto, o sauá, os macacos-prego e o sagui-do-cedro-
61 escuro, ou sagui-de-tufo-preto, também chamado de Mico Estrela. Explica que esses primatas não
62 são da região litorânea. Na região do litoral encontram-se o mico-leão-preto, o mico-leão-caiçara e
63 o muriqui. Já a presença do sagui-de-tufo-branco, embora também seja da Mata Atlântica, é
64 originária do Nordeste, mais especificamente do Estado da Bahia. Aponta que essas espécies,
65 assim como todos os primatas, sofrem ameaças como febre amarela, eletrocussão por contato com
66 redes de energia, incêndios na mata, caça, comércio ilegal para serem pets e atropelamentos.
67 Apresenta o manejo do sagui-de-tufo-preto realizado na Ilha Anchieta. Esses saguis chegaram à
68 ilha porque muitos animais do Zoológico de São Paulo foram enviados para lá. O grupo, que era
69 pequeno, cerca de 30 a 40 indivíduos, multiplicou-se a partir de 1980. Há três anos, a Fundação
70 Florestal, em parceria com a consultoria Ilea, iniciou uma proposta de manejo para controle
71 populacional. O método utilizado para verificar a população baseia-se na quantidade de
72 avistamentos, que registrou um aumento de quase 100% em poucos anos, indicando uma explosão
73 populacional. Estima-se que a população atual seja de aproximadamente 750 animais. Foi realizado
74 o mapeamento para busca de trilhas e pontos onde fosse possível instalar armadilhas. As estruturas
75 foram construídas com baixo impacto ambiental, utilizando bambu ou materiais disponíveis no local.
76 As armadilhas são instaladas e num primeiro momento, oferece-se banana ao redor delas até que
77 os animais se acostumem e depois a banana é colocada dentro das armadilhas para a captura. Os
78 animais capturados são levados a uma base cirúrgica onde são esterilizados. Explica a diferença
79 entre castração e esterilização: a esterilização, laqueadura nas fêmeas e vasectomia nos machos,
80 mantém o comportamento do animal e os laços familiares, apesar da interrupção da função
81 reprodutiva. As cirurgias, que duram cerca de 10 minutos e com procedimento de sedação, são
82 realizadas por uma empresa contratada por processo licitatório. Os processos pós-operatórios
83 observados foram rápidos e não apresentaram gravidade. É feita também a chipagem e a
84 descoloração da cauda para identificação dos indivíduos operados. Em 150 dias foram realizadas
85 154 cirurgias, com mortalidade de 1,54%. Após os primeiros resultados, concluiu-se que o ideal
86 seria manter uma taxa de esterilização de 70% da população. Essa experiência é pioneira no Brasil.
87 O presidente agradece a apresentação e passa a palavra para os conselheiros. O conselheiro Bruno
88 pede a palavra, dizendo que vem sendo debatido porque no município, seria possível realizar a
89 captura, mas não a soltura, devido à legislação do Código de Defesa da Fauna, e a experiência da
90 ilha Anchieta apresenta uma saída para a questão da soltura e pede que explique como
91 conseguiram autorização para esse caso. Edson lembra que o Código de Defesa da Fauna não
92 permite que espécies exóticas à região sejam soltas após qualquer procedimento e que não seria
93 viável nem possível enviar os animais capturados ao estado de origem. Por isso, a solução foi
94 vincular a ação a uma pesquisa científica. O conselheiro Rodrigo levantou a necessidade de
95 cuidados com a legislação. A conselheira Isabelle pergunta sobre o financiamento, lembrando que
96 ainda não se tem ideia do tamanho da população em Peruíbe. Atuando com o CETAS, ela recebe
97 saguis de todos os bairros e pergunta sobre o pós-operatório, pois, após os cuidados, como os
98 animais não podem ser soltos ficam aguardando destinação, o que sobrecarrega e onera o CETAS.
99 Edson responde que com as informações e atendimentos já realizados, já se considera um início
100 de dados. No caso da Ilha Anchieta, partiram de dados existentes de outros pesquisadores, que
101 estimavam cerca de 700 indivíduos. A partir daí, estabeleceu-se uma meta de esterilização de
102 metade dos indivíduos. Com esse número, fizeram um orçamento de R\$ 640.000,00, considerando



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

a quantidade de veterinários, equipe de apoio e insumos necessários, e a fonte de financiamento foi a Câmara de Compensação Ambiental. Sobre o pós-operatório, relatou que a rotina era soltar os animais de 3 a 6 horas após a cirurgia, quando os animais começavam a retomar movimentos. Pelas recapturas realizadas, a cicatrização correu bem. Para a permissão de soltura, foram coletadas as autorizações relacionadas à pesquisa e feita articulação com o ICMBio, que cuida dos primatas, para apoiar essas autorizações. Edson menciona sobre a possibilidade em rever a norma que não permite soltura de animais fora de seu habitat, uma vez que são animais que estão no mesmo habitat, apenas em regiões diferentes do país. O conselheiro Rodrigo lembrou que a legislação ambiental brasileira é muito protetiva, e que é preciso ter cuidado, pois cada ecossistema é diferente. Em relação ao orçamento, tem que prever que os 50% de indivíduos não esterilizados continuarão se reproduzindo, o que aumenta os custos para o manejo ser eficiente. Assim, considerou importante no momento conseguir financiamento para o mapeamento e diagnóstico. O conselheiro Bruno pede a palavra dizendo que realmente seria necessário iniciar por mapeamento e buscar uma ilha dentro de Peruíbe que no caso seria o Guarau. Propõe-se então que seja criado um Grupo de Trabalho para pensar nas estratégias para o censo dos saguis e pergunta a Edson qual seria a melhor estratégia para esse primeiro censo. Ele responde que a transecção seria melhor, identificando as trilhas e fazendo observações metódicas simultâneas, por exemplo, se há três trilhas, duplas seguem por cada trilha semanalmente. O presidente Ribas então abre votação para criação de um GT sobre Manejo de saguis e é aprovado por aclamação. O conselheiro Bruno será o coordenador do GT que será aberto a participantes de fora do colegiado. Edson, em suas considerações finais, lembra que caso a incidência ocorra dentro de Unidade de Conservação é possível pedir verba pela Câmara de Compensação Ambiental apresentando impacto na UC. O presidente segue para o item **2) Indicação de representantes dos colegiados para a recomposição da Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental de Peruíbe – PMEAP.** Passando a palavra para o conselheiro Thiago Nascimento que informa sobre a necessidade de criar uma nova comissão já que pelo decreto de fevereiro de 2025 a comissão teria 180 dias de competência e por estar com prazo vencido a nova comissão irá retomar os trabalhos. São necessários dois membros titulares e dois suplentes do CONDEMA e como houve a participação do conselheiro do COMBEM, Raphael Lapa, diretor do DPVA, foi decidido incluir um titular e um suplente representando o COMBEM. Informa os presentes que o decreto prevê encontros mensais da comissão com horário definido pela nova comissão que irá decidir também se as reuniões serão presenciais ou virtuais. Abre para os presentes manifestarem interesse na participação e os conselheiros Isabelle da Ambiecco e Bruno Lima do Projeto Aves Limícolas, se manifestam sendo indicados como titulares pelo Condema, tendo como suplentes MoCAN e Instituto Lixo Zero. Os representantes do COMBEM serão indicados posteriormente por ofício. Sem mais, o presidente encerra a reunião às 16h39m.

Maridel Vicene Polachini Lopes
Presidenta

Fabiana Priscila Mirian Pereira do Nascimento
1ª Secretária